

Num notável ensaio sobre os bombardeamentos aéreos durante a Segunda Guerra Mundial, o romancista alemão W. G. Sebald questionava-se quanto às razões para o silêncio que, no final do conflito, rodeava o sofrimento de que os seus concidadãos padeciam.¹ Em 1945, a Alemanha estava destruída. Quase seiscentos mil dos seus cidadãos morreram sob os escombros das suas cidades devastadas, um número ainda maior de civis ficara ferido e vários milhões perderam as suas casas e foram forçados a errar como uma massa de deslocados. No entanto, este sofrimento extremo era censurado e silenciosamente interiorizado por uma sociedade muda; quase ninguém ousava expressá-lo abertamente. É certo que a Alemanha ocupada já não era uma nação soberana, mas este silêncio tinha razões mais profundas. Os Alemães sabiam que, enquanto as bombas e os incêndios consumiam as suas cidades, a Wehrmacht, a polícia e a SS estavam a cometer crimes bem mais graves do que aqueles que eles próprios tinham sofrido. Isto explica o silêncio culpado a que se tinham remetido, bem como os seus esforços obstinados para remover os escombros e reconstruir as suas cidades no período do pós-guerra.

¹ W. G. Sebald, *On the Natural History of Destruction*, trad. ing. Anthea Bell, Nova Iorque, Modern Library, 2003 [*História Natural da Destruição: Guerra Aérea e Literatura*, trad. port. Telma Costa, Lisboa, Teorema, 2006].

O sofrimento infligido aos civis alemães durante a Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra, quando milhões foram expulsos da Europa Central, é indiscutível. Porém, quando Martin Heidegger os recordou, para inverter os papéis e apresentar a Alemanha como vítima de agressões externas, Herbert Marcuse decidiu interromper a correspondência que mantinha com ele. Esta posição punha Heidegger «fora do *Logos*», escreveu Marcuse, «fora da dimensão em que ainda é possível um diálogo entre humanos»². Só no final da década de 1990, quando a Alemanha reunificada tinha plenamente incorporado a memória dos crimes nazis na sua consciência histórica, se tornou possível estudar, reconhecer e debater na esfera pública o sofrimento dos próprios Alemães durante a Segunda Guerra Mundial sem suscitar mal-entendidos e sem que se assemelhasse a uma desculpa ou a uma tentativa de auto-absolvição.³ Nesse sentido, tenho a impressão de que a grande maioria dos nossos colunistas e comentadores se tornou «heideggeriana», propensa a trocar os agressores pelas vítimas, com a diferença de que os agressores de hoje já não são os vencidos, mas os vencedores.

A guerra em Gaza não é a Segunda Guerra Mundial, isso é óbvio, mas as analogias históricas — que nunca são homologias — podem dar-nos orientações, mesmo se os seus actores

² Herbert Marcuse, «Heidegger and Marcuse, a Dialogue in Letters» (1948), in *Technology, War and Fascism*, org. por Douglas Kellner, Nova Iorque, Routledge, 1998, p. 267. Heidegger não estava sozinho. Carl Schmitt manifestou uma posição semelhante nas suas cartas e no seu diário, nomeadamente em 21 de Agosto de 1949. Ver Carl Schmitt, *Glossarium: Aufzeichnungen der Jahre 1947-1951*, Berlim, Duncker & Humblot, 1991, p. 263.

³ No cerne deste debate estava uma obra de Jörg Friedrich, *The Fire: The Bombing of Germany, 1940-1945*, trad. ing. Allison Brown, Nova Iorque, Columbia University Press, 2006.

são diferentes e os acontecimentos são de dimensões distintas. Foi assim que, em 1994, o historiador francês Jean-Pierre Chrétien falou de «nazismo tropical» a propósito do genocídio dos Tutsis, e que a palavra «genocídio» reapareceu na Europa durante a guerra na ex-Jugoslávia, nomeadamente depois do massacre de Srebrenica.⁴ No genocídio, por mais complexo que seja o seu contexto histórico, há sempre um executor e uma vítima. E o historiador que amanhã conte a guerra em Gaza deverá fazer uma avaliação diferente da de Sebald, porque hoje os papéis estão invertidos. Enquanto destrói Gaza sob uma chuva de bombas, Israel é apresentado como a vítima do «maior pogrom da História depois do Holocausto».

A situação é paradoxal — um julgamento de Nuremberga em que não são julgadas as atrocidades cometidas pelos nazis, mas as cometidas pelos Aliados. Símbolo da justiça dos vencedores, os julgamentos de Nuremberga estavam cheios de contradições — os crimes de guerra dos Aliados foram ignorados ou até mesmo atribuídos aos nazis, como no famoso caso do massacre de Katyn —, mas ninguém podia contestar seriamente a culpabilidade dos réus.⁵ Desde o 7 de Outubro, pelo contrário, Israel tem-se apresentado como a vítima. A destruição de Gaza? Um excesso deplorável numa guerra legítima de autodefesa, a reacção exagerada de um Estado ameaçado, que se protege com todos os meios disponíveis. Na década

⁴ Jean-Pierre Chrétien, «Un nazisme tropical au Rwanda? Image ou logique d'un génocide», *Vingtième siècle*, 1995, n.º 48, pp. 131-142.

⁵ Na extensa bibliografia existente sobre os julgamentos de Nuremberga, o melhor relato continua a ser o do procurador dos EUA Telford Taylor, *The Anatomy of the Nuremberg Trials: A Personal Memoir*, Nova Iorque, Knopf, 1992. Sobre o massacre de Katyn, ver Anna M. Cienciala, Natalia S. Lebedeva e Wojciech Materski (orgs.), *Katyn: A Crime Without Punishment*, New Haven, Yale University Press, 2008.

de 1980, o historiador conservador Ernst Nolte descreveu os crimes nazis como «reactivos». Embora fossem certamente condenáveis, foram uma resposta à ameaça bem real encarnada pelo bolchevismo, o «*prius* lógico e factual», ou condição prévia, dos totalitarismos do século xx e da guerra na frente oriental.⁶ Hoje, o «*prius* lógico e factual» é o Hamas, um movimento cuja única razão para existir seria o ódio a Israel.

No crepúsculo da Guerra Fria, na época do *Historikerstreit* — os debates acesos sobre a analogia entre as atrocidades nazis e as do regime estalinista —, todos os conservadores defendiam Nolte, que corajosamente tinha exposto as razões de Hitler. O facto de a visão que o *Führer* tinha do mundo se basear num antibolchevismo radical seguramente devia contar como uma circunstância atenuante. Os crimes nazis tinham de ser postos em perspectiva. Os jornais que então defendiam Nolte, com o *Frankfurter Allgemeine Zeitung* à cabeça, tornaram-se hoje intransigentes defensores de Israel.⁷ Na opinião destes, o fundamentalismo islâmico, com o qual identificam a Palestina, ameaça agora o Ocidente como o comunismo ameaçava no século passado. As motivações ideológicas da frente pró-israelita, tão intransigente na luta contra o anti-semitismo,

⁶ Ernst Nolte, «The Past That Will Not Pass: A Speech That Could Be Written but Not Delivered» (1986), in *Forever in the Shadow of Hitler? Original Documents of the Historikerstreit, the Controversy Concerning the Singularity of the Holocaust*, trad. ing. James Knowlton e Truett Cates, Atlantic Highlands (Nova Jérsea), Humanities Press, 1993, p. 22. Sobre este debate, ver Richard Evans, *In Hitler's Shadow: West German Historians and the Attempt to Escape from the Nazi Past*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1989, e Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*, Nova Iorque, Routledge, 1993.

⁷ Sobre a transformação do pensamento conservador na Alemanha, ver Enzo Traverso, «Longing for the *Sonderweg*», *New German Critique*, vol. 50, n.º 150, 2023, pp. 205-215.

são, no fundo, as mesmas que quarenta anos antes impeliam o principal diário conservador alemão a ser tão complacente perante as interpretações apologéticas de Nolte sobre o nazismo. Em ambos os casos, houve uma inversão dos papéis: nos debates de há quarenta anos, as vítimas eram os Alemães, não os Judeus; hoje, as vítimas são os Israelitas, não os Palestínianos.

O discurso dominante em torno do 7 de Outubro faz desta data uma espécie de epifania negativa, o súbito aparecimento do mal que desencadeou uma guerra de reparação. Naquele dia, o contador recomeçou do zero, como se aqueles acontecimentos fossem a única causa da tragédia. O 7 de Outubro rasgou o véu do Hamas e de Israel, atribuindo a cada um o seu papel, o de executor e o de vítima. A Faixa de Gaza, um território habitado por 2,4 milhões de pessoas sujeitas a uma completa segregação há dezassete anos, tornou-se, assim, o berço do mal, onde ferozes assassinos agem impunemente, transformando os civis em «escudos humanos». Na verdade, a destruição de Gaza é o epílogo de um longo processo de opressão e desenraizamento. Há vinte e dois anos, em Agosto de 2002, Edward Said descrevia nestes termos a violência israelita durante a Segunda Intifada:

Gaza está rodeada em três lados por uma rede de arame electricificada; presos como animais, os habitantes de Gaza não conseguem movimentar-se, trabalhar, vender os seus vegetais ou a sua fruta, ir à escola. Pelo ar, estão expostos aos aviões e helicópteros israelitas; por terra, são mortos a tiro como perus por tanques e metralhadoras. Empobrecida e esfomeada, Gaza é um pesadelo humano [...] envolvendo milhares de soldados na humilhação, na punição e no intolerável enfraquecimento de cada palestíniano, a despeito da sua idade, do seu género ou do seu estado de saúde. O material médico é retido na fronteira, as ambulâncias

são atacadas a tiro ou paradas. Centenas de casas foram demolidas e centenas de milhares de árvores e terras agrícolas foram destruídas em actos de punição colectiva sistemática contra civis, que na sua maioria são já refugiados da destruição da sua sociedade levada a cabo por Israel em 1948.⁸

O 7 de Outubro não foi uma súbita explosão de ódio; tem uma longa genealogia. Foi uma tragédia metodicamente preparada por aqueles que hoje gostariam de ser vistos como vítimas. Uma tragédia que continua, fazendo com que seja ainda mais importante não inverter os papéis. Um simples olhar para a cronologia permite compreender como se chegou ao «*progrom*» de 7 de Outubro. Depois da retirada de Israel em 2005, a Faixa de Gaza sofreu ataques contínuos das Forças de Defesa de Israel (FDI) que deixaram um rasto de milhares de mortos: 1400 palestinianos em 2008 (em comparação com as treze vítimas israelitas), 170 em 2012; e 2200 em 2014. No dia 30 de Março de 2018, uma grande manifestação pacífica contra o bloqueio de Gaza culminou num massacre: 189 mortos e 6000 feridos. Em 2023, entre os dias 1 de Janeiro e 6 de Outubro, as FDI tinham já matado 248 palestinianos nos territórios ocupados e detido 5200. Entre 2008 e o dia 6 de Outubro de 2023, as FDI mataram mais de 6400 palestinianos, dos quais mais de 5000 em Gaza, e feriram 158 440, enquanto as vítimas israelitas das acções do Hamas e de outros grupos islâmicos chegaram aos 310 mortos e 6460 feridos.⁹ Em Gaza, há cerca de um milhão e meio de refugiados palestinianos, mais

⁸ Edward W. Said, *From Oslo to Iraq and the Road Map*, introd. de Tony Judt, Nova Iorque, Pantheon Books, 2004, p. 197.

⁹ Ver os dados oficiais da ONU, publicados em 12 de Outubro de 2023: <http://www.ochaopt.org/data/casualties>.

de metade da população. A taxa de desemprego é de cinquenta por cento e oitenta por cento da população vivem abaixo do limiar da pobreza. O PIB não parou de diminuir nos últimos anos, fazendo da intervenção humanitária da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East – UNRWA) uma condição de sobrevivência. Setenta e cinco por cento da população têm menos de vinte e cinco anos e vivem praticamente desde que nasceram num contexto de segregação. A poucos quilómetros de distância, do outro lado de uma vedação eléctrica, protegidos pela «Cúpula de Ferro» (*Iron Dome*), o escudo antimísseis que intercepta os *rockets*, os Israelitas vivem como europeus. Telavive é tão cosmopolita, moderna, feminista e *gay friendly* como Berlim. A sua indústria cultural exporta séries de televisão para todo o mundo e, nos últimos anos, a sua gastronomia tem sido amplamente apreciada. Este é o pano de fundo do 7 de Outubro.

O conceito de genocídio não pode ser usado de ânimo leve; pertence à esfera jurídica e, como muitos investigadores sublinharam, não se adapta bem às ciências sociais. O termo foi sempre usado com fins políticos, para estigmatizar os inimigos e defender causas históricas. Tudo isto é verdade, e devemos estar cientes disso, mas o conceito não pode ser ignorado, sobretudo agora. A única definição normativa de que dispomos, codificada na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio da ONU de 1948, descreve com precisão a actual situação na Palestina. É com base nesta definição que o Tribunal Internacional de Justiça fez soar os alarmes sobre o risco de genocídio na Faixa de Gaza e intimou a comunidade internacional a tomar medidas para o travar. Segundo o Artigo 2.º da Convenção: